

RENOVABIO E O COP21: REAÇÃO OU CONFLUÊNCIA DE INTERESSES?

Fernando Maccari¹

RESUMO

A presente pesquisa investiga a formação de agenda e a criação da Política Nacional de Biocombustíveis à luz do Acordo de Paris, tendo como objetivo analisar se esta política pública é uma resposta ao encontro global ou uma confluência de interesse políticos econômicos. Para alcançar este objetivo será feito uma breve exposição de fatos históricos para situar o leitor sobre as alterações climáticas e os recentes esforços humanos para mitigá-las. Incluindo desde uma descrição do primeiro encontro global que teve como finalidade a preservação ambiental, qual seja, a Conferência de Estocolmo; perpassando pelo Rio-92, em que foi criada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, cujos países membros reúnem-se periodicamente em reuniões chamadas de Conferências das Partes (COP); também será abordado neste trabalho a COP-3 que originou o Protocolo de Quioto; e, por fim, a COP-21 que resultou na assinatura do Acordo de Paris. No âmbito das ações brasileiras que objetivam frear parte dos problemas ambientais tratados nos encontros internacionais, nomeadamente o aquecimento global e a mudança climática, serão analisadas a formação da agenda, a criação da Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio, para além de identificar seus respectivos objetivos e instrumentos.

Palavras-chave: Acordo de Paris. Biocombustíveis. Sociologia Ambiental.

¹ Fernando Maccari é Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: maccari@yahoo.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).